

1. Dados históricos da Academia e dos seus Edifícios.

A idéia de criação de um curso jurídico no Brasil surgiu em 1822, logo após a Independência. Em 1823, D. Pedro I instalou a Assembléia Constituinte para elaborar a primeira Constituição brasileira. Ao fim desse ano, foi dissolvida a Assembléia e em 1824 foi outorgada a primeira Constituição.

Os estudantes que desejavam cursar uma escola de Direito, até então, tinham de ir a Coimbra, em Portugal. A proposta de criação de um curso jurídico surgiu com José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, membro do Parlamento.

Pela Lei de 11 de agosto de 1827, o imperador D. Pedro I criou os dois primeiros cursos de Ciências Jurídicas e Sociais do Brasil: um na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e outro na de Olinda, no Estado de Pernambuco.

A Academia do Largo de São Francisco foi inaugurada em 1º de março de 1828, pouco tempo antes de sua co-irmã de Olinda.

A Faculdade de Direito de São Paulo instalou-se inicialmente no Convento de São Francisco, no Largo do mesmo nome, o qual, com a concordância dos frades franciscanos e por Decreto Imperial de 11 de agosto de 1827, foi escolhido para abrigar os Cursos Jurídicos. De início, o Convento e a Escola funcionaram juntos. Os estudantes chegavam até as classes entrando pela Sacristia e era o sino da igreja que os chamava para as aulas.



Em 1884, a causa dos danos causados por um incêndio em 1880, foi apenas a fachada do antigo convento totalmente remodelada, adotando-se o partido renascença.



Em seguida, ao longo da década de 1930, o antigo edifício, apoiado em resistentes paredes ainda de taipa e pilão, foi sendo pouco a pouco inteiramente demolido, para dar lugar ao atual – hoje denominado “Prédio Histórico” –, inaugurado em 1934, apesar de sua definitiva conclusão ter-se dado somente por volta de 1941.

Desde a sua criação até sua incorporação à Universidade de São Paulo, a Faculdade de Direito pertenceu ao Governo Central, primeiro, monárquico e, depois, republicano. Na verdade, a incorporação antecipou-se um pouco ao Decreto que formalizou a transferência, assinado por Getúlio Vargas somente em 10 de agosto de 1934 (Decreto Federal n. 24.102, de 1934).

Em 1973, com a criação dos cursos de pós-graduação e a conseqüente diminuição do espaço destinado aos estudantes, cogitou-se, como já ocorrera antes, da mudança para o “campus” da Cidade Universitária, na zona oeste da cidade.

Contudo, a grande maioria dos estudantes e professores foi contrária a essa transferência, uma vez que toda a infraestrutura jurídica estava concentrada no centro da cidade (os tribunais e grande número de escritórios de advocacia). Além de tudo, mais de um século e meio de ativa presença no Largo de São Francisco deram significado histórico ao local.

Diante disto, colocada a pedra fundamental do pretenso novo edifício da Faculdade de Direito no “campus” da USP, foi ela retirada pelos estudantes, trazida para o Largo de São Francisco, e instalada (até hoje) no pavimento da calçada em frente à Escola. Nela, os estudantes do Largo gravaram as seguintes palavras: “*Quantas pedras forem colocadas, tantas arrancaremos. 30-X-1973*”.



Na época do Sesquicentenário de fundação dos Cursos Jurídicos, em 1977, foi construído, em frente à Faculdade, um trecho amplo e largo de calçada, considerada por tradição, já desde a década de 30, “Território Livre”.

Ali também erigiu-se, no mesmo período, um palanque – a chamada “Tribuna Livre do Largo de São Francisco” –, permitindo a parada de pedestres para ouvir discursos e para haver a divulgação livre de opiniões ao povo.

Encontra-se também dispostas no “Território Livre do Largo de São Francisco” três estátuas: “*O Menino e o Catavento*”, de O.M. Di Palma, “*O Idílio ou Beijo Eterno*”

de W. Zadig, e a *Herma de Álvares de Azevedo*, de A. Zani.

No atual Prédio Histórico, inaugurado em 1934 – apesar de sua definitiva conclusão ter-se dado somente por volta de 1941 –, encontram-se espaços já tradicionais, como o Salão Nobre, onde os principais eventos acadêmicos, comemorações e solenidades oficiais têm lugar, e a “Sala dos Estudantes”, palco dos principais acontecimentos estudantis, especialmente os de cunho político.



Nele também se localizam os seus famosos Pátios.



Na área interna central do Prédio Histórico situa-se o célebre “Pátio das Arcadas”, que identifica a própria Faculdade de Direito – apelidada, por isto mesmo, de “Arcadas” –, que reproduz, em pedra e cimento, aquelas arcadas primitivas, de taipa e pilão, da velha Academia.

Neste pátio, afixadas nas colunas de suas arcadas, encontram-se várias placas alusivas a fatos históricos da Academia, bem como o famoso “Monumento ao Soldado Constitucionalista”, construído em homenagem e recordação aos alunos da Faculdade de Direito que morreram na Revolução Constitucionalista de 1932, lutando contra a ditadura de Getúlio Vargas.



Há também, na Faculdade, outro famoso átrio interno – o “Pátio de Júlio Frank” (também chamado de “Pátio das Corujas”), onde existe um túmulo construído, por iniciativa dos estudantes, em 1842 (monumento restaurado em 2006, também com a revitalização do espaço por meio de projeto paisagístico).

Encontra-se ali sepultado Julius Frank, professor alemão de História e Geografia do Curso Anexo (espécie de curso colegial no século XIX) à Faculdade de Direito e fundador da “Bürschenschaft”, sociedade de jovens, um tipo de grêmio de estudantes, ainda hoje existente em algumas universidades de língua alemã.



Esta espécie de grêmio estudantil, chamada entre nós de “Bucha”, ter-se-ia transformado, segundo a tradição, em uma potente maçonaria ou sociedade secreta da Faculdade de Direito, que durante vários anos teria influído significativamente na política brasileira.

Consta, aparentemente, que figuraram entre seus componentes alunos que se tornaram homens públicos e cidadãos ilustres, como Ruy Barbosa, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Afonso Arinos, Bernardino de Campos e outros.

Por derradeiro, ainda no térreo, encontra-se um último Pátio, chamado “dos Calouros”, instalado, no ano de 2006, em uma plataforma, sem utilização desde a

construção do Prédio Histórico, localizada entre as duas salas de aula do 1º ano (João Mendes Júnior e Barão de Ramalho).

Nele, além do implante paisagístico, encontra-se exposta a Estátua dita “de Cícero”, especificada em mármore de Carrara, e esculpida pelo escultor toscano Giuseppe Lazzerini (1831-1890).



Em 2002, todo o conjunto arquitetônico do “Prédio Histórico”, incluindo a “Tribuna Livre”, e as estátuas e lápides existentes no Largo de São Francisco, foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT.

Por fim, no período entre 2004 e 2005, iniciaram-se as obras de restauro do Prédio

Histórico, a primeira desde a sua construção nos anos 30.

Na verdade, já a partir do início dos anos 90, havia ficado óbvia a necessidade de restauração do antigo Edifício das Arcadas, pois parte da argamassa que o recobria deteriorou-se a ponto de se descolar, o que, além de esteticamente indesejado, afetava a segurança dos transeuntes das ruas circunstantes.

Assim, com recursos públicos da própria USP, iniciou-se, em maio de 2004 – concluindo-se em dezembro de 2005 –, a completa restauração das suas fachadas internas (“Pátio das Arcadas” e “Pátio do Túmulo de Júlio Frank”) e externas (as três voltadas para o Largo de São Francisco, Rua Cristóvão Colombo e Rua Riachuelo), com o acréscimo da reforma, durante as obras, também de todas as paredes e molduras de portas e janelas e colunas do andar térreo.

Entre 2003 e 2004 também receberam melhorias e restaurações, de modo especial, cinco Salas de Aula – *Salas Almeida Júnior, Brasílio Machado, Pires da Mota, Cesarino Júnior, e João Monteiro* –, com a introdução de pavimentos ou desníveis escalonados, em formato de anfiteatro, objetivando a

melhoria do campo de visão dos alunos, refazimento de novas cadeiras e assentos (em estilo antigo), inéditas lousas em formato côncavo, também instaladas nas demais salas.

No mesmo período, foram criadas duas Salas de Estudos: a “*Sala das Teses de Láurea*”, destinada, de modo especial, às atividades de pesquisa dos alunos quarto e quinto-anistas, com quarenta e oito bancadas ou baias de estudos, inspiradas naquelas existentes no Instituto de Direito Romano da Universidade de Roma I – “*La Sapienza*”, e a “*Sala Alexandre A Corrêa*”, sala de leitura e de grupos de estudos.

Finalmente, por meio da Lei Rouanet, entre os anos de 2003 e 2006, foram restaurados vinte cinco quadros do acervo da Faculdade (incluindo todos os quadros dos Patronos das Salas de Aula), sessenta e seis lustres “art déco” do primeiro andar e andar térreo, os vitrais (da Casa São Conrado) das escadarias, estando em curso a recuperação de várias obras raras da Biblioteca.

Atrás do Prédio Histórico, ergueu-se, entre 1992 e 1995, um “Edifício de Apoio” – também chamado de “Prédio Anexo” –, com

frente para a Rua Riachuelo, onde se localizam o Auditório “XI de Agosto”, o Juizado Especial Cível (JEC) da Faculdade, e os nove Departamentos da Faculdade.

Unindo o Prédio Histórico ao Edifício de Apoio sustenta-se, por cima da Rua Riachuelo, uma passarela aérea em estrutura de alumínio, com 72,5 metros quadrados, que apresenta, em sua parte final, a chamada “Arcada Solitária”, réplica em menor escala de uma das famosas Arcadas do Pátio das Arcadas, a simbolizar a continuidade histórico-cultural dos espaços (velho e novo) da Academia de Direito.

